



ACONTECE

SAÚDE

80,6% DOS MÉDICOS SOFREM RESTRIÇÕES POR PARTE DE PLANOS DE SAÚDE

—
A pesquisa “Os médicos brasileiros e os planos de saúde”, realizada pela Associação Paulista de Medicina (APM) e Associação Médica Brasileira (AMB), traz dados inéditos e preocupantes sobre a intervenção das operadoras no dia a dia da assistência suplementar.



Os números evidenciam que as empresas impõem uma série de entraves à autonomia profissional, com prejuízos à qualidade da Medicina e, conseqüentemente, ao atendimento em saúde de pacientes/usuários.

Participaram do levantamento 3.043 médicos de todo o País. Eles responderam a questionário por meio da ferramenta SurveyMonkey, entre os dias 25 de fevereiro e 9 de março, possibilitando um retrato muito fiel das relações da rede complementar. A margem de erro é de dois pontos percentuais.

Em um parâmetro geral, a pesquisa mostra que, dos mais de 3 mil entrevistados, 70,1% atendem planos de saúde, sendo que destes, 55,3% mantêm essa relação há mais de 20 anos. A maioria (51,7%) trabalha com 5 planos ou mais, enquanto 21,7% atuam com apenas um.

Por intermédio do levantamento, vem à tona um dado estarrecedor: 88,3% dos médicos relatam que já presenciaram pacientes abandonarem tratamentos por conta de reajustes no valor das mensalidades das operadoras.

São altíssimas igualmente as estatísticas que denotam abusos por certos planos de saúde. Para se ter uma ideia da gravidade, basta registrar que 80,6% dos pesquisados dizem sofrer ou já ter sofrido pressão e restrição a pedidos e autorizações para exames. Além disso, 53% relatam tentativas ou interferências nos tratamentos propostos às vezes ou com frequência.

No mesmo sentido, 51,8% dos médicos afirmam que operadoras criam dificuldades para a internação de pacientes.

Mudança na lei dos planos de saúde: o que pensam os médicos?

A pesquisa também traz a percepção dos médicos sobre o Projeto de Lei 7.419/2006, em tramitação no Congresso, que visa mudar a Lei 9.656/1998 – a chamada Lei dos Planos de Saúde.

Cerca de 8 a cada 10 participantes do levantamento (mais especificamente, 77,1%) consideram a propositura negativa, em diferentes níveis.

Ainda sobre o PL, 79,9% afirmam prever conseqüências negativas para a saúde dos pacientes, caso sejam aprovadas propostas de segmentar planos de saúde por tipos de procedimentos e outras diferenciações.

Quando indagados sobre alterações cujo intuito é restringir a lista de procedimentos de cobertura obrigatória da Agência Nacional de Saúde Suplementar, 83,4% são contrários.

Por fim, 86,5% preveem prejuízos aos pacientes com eventual estabelecimento de limite de cobertura, o que possibilitaria a negativa de procedimentos prescritos fora dessa lista-base, mesmo que respaldados em evidência científica.

COLUNA SAÚDE ACONTECE

Perguntas e sugestões podem ser enviadas para acontece@acontecenoticias.com.br ou para a Avenida Pompeia, 634, conj. 401 - São Paulo, SP - CEP 05022-000